

Falta vontade política para a reforma

Uma das perguntas mais ouvidas pelo ministro da Fazenda em seus contatos internacionais nas duas últimas semanas em Washington (EUA) e Paris (França) é relativa à vontade política do Brasil de realizar forte ajuste em suas contas para ter condições de combater a inflação.

"Esta avaliação foi motivo de conversa durante alguns minutos nos encontros com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus". O exemplo é de membro da missão brasileira que esteve em Washington há 14 dias. Ele explicou que o problema "salta aos olhos, pois os pontos vitais para um ajuste dependem tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo, e são eminentemente políticos".

O secretário da Receita Federal, Osiris Lopes de Azevedo Filho, admitiu há três dias, que é uma missão impossível zerar o déficit deste ano. Para 1994, a equipe econômica está dividida. A maioria não aposta fichas na capacidade de o Congresso aprovar ajuste fiscal ainda este ano e por isso, seria inevitável um déficit próximo a 10 bilhões de dólares.

Problemas — Nenhum dos as-

sessores ministeriais consultados pelo **CORREIO BRAZILIENSE**, demonstrou acreditar que estados e municípios venham a abrir mão de repasses governamentais em 1994. Eventual proposta de suspensão por seis meses das transferências constitucionais é apontada como um artifício político para ter efeito durante a revisão constitucional.

Esta seria a forma (envolve recursos próximos a oito bilhões de dólares) de demonstrar a gravidade da questão da distribuição dos impostos arrecadados pelo País e os respectivos encargos (saúde, educação e outros) que estão concentrados sobre a União, conforme a equipe econômica.

O fim da colocação de recursos do Tesouro Nacional no custeio e investimento da safra agrícola de 1994 é outra proposta polêmica. "Sabemos que de cara há oposição da bancada de parlamentares ligados ao setor agropecuário, mas é uma tentativa justa na medida em que vários produtos, como a soja, podem se financiar no mercado de **commodities**", observou técnico da equipe econômica. A bancada agrícola tem 115 parlamentares.

Renda — A criação de alíquotas para garantir progressividade a cobrança do Imposto de Renda em 1994 deve enfrentar problemas no próprio Congresso Nacional, conforme avaliação de alguém que conhece bem esta "casa", o ministro Fernando Henrique Cardoso. "Eu sei disso, porque uma alíquota de 30 ou 35 por cento afetaria o bolso de deputados e senadores", afirmou em jantar com vários jornalistas.

A alternativa de reduzir o limite de isenção de 1.000 Ufirs (somente salários acima de CR\$ 75.900,00 pagam IRRF hoje), para 500 Ufir penalizaria os salários mais baixos (acima de CR\$ 37.950,00). Por isso ainda falta entendimento na equipe econômica.

A extinção de ministérios, como os da Integração Regional, Bem-Estar Social, Cultura, Ciência e Tecnologia para reduzir os custos da máquina administrativa pode representar problemas para a sustentação política do Governo no Congresso Nacional. "A medida teria que ser bem negociada para evitar desgastes que tragam mais prejuízos que benefícios", reconheceu interlocutor do ministro.